

Caderno de Prova



8 de dezembro



das 13:10 às 17:40 h



4:30 h de duração*



60 questões obj.



3 questões disc.

AA

Advogado Autárquico



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará este **caderno de prova**; um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura; e **3 folhas-resposta** numeradas e identificadas com código alfanumérico, sendo uma folha-resposta para cada questão dissertativa.

Verifique, no material entregue, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.
- o código alfanumérico das folhas-resposta confere com o da etiqueta colada na sua carteira.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo, o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado juntamente com as 3 folhas-resposta.

Atenção!

- Para cada questão objetiva são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- As respostas deverão ser transcritas para o cartão e folhas-resposta com caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta indelével, de cor azul ou preta.
- As questões serão corrigidas unicamente pelo cartão e folhas-resposta, não sendo válidas quaisquer anotações eventualmente feitas no caderno de provas.
- As folhas-resposta das questões dissertativas não poderão ser assinadas ou conter qualquer desenho, palavra, letra ou sinal que possam identificar o autor.
- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Português e Direito Geral

(25 questões)

Português

10 questões

O papel da língua portuguesa na carreira do advogado

Giuliana Louise Christofoli

Assim que nascemos, já temos o nosso primeiro contato com a língua portuguesa. Entramos na escola e o Português nos acompanha desde o primeiro dia de aula até a formatura. Alguns se apaixonam por ele; muitos, não querem nem sua amizade. Ocorre que, aqueles que no passado não deixaram o Português entrar nas suas vidas, hoje se arrependem e perdem muito por isso. Sabemos que a língua portuguesa é meio fundamental de comunicação. Necessitamos dela o tempo inteiro. Falar, todos nós sabemos. Agora, falar corretamente...

Sem perceber, as pessoas que não têm intimidade com o Português perdem muitas oportunidades na vida. Não só na vida profissional, mas na vida social e pessoal. Até quando vamos querer esconder a ideia de que saber falar corretamente é e sempre será essencial? Se aceitássemos essa ideia e buscássemos uma amizade com a língua portuguesa, veríamos que as nossas chances na vida seriam bem maiores. Hoje, a pessoa que sabe falar bem destaca-se. E se passa como diferente, num país em que falar e escrever bem deveria ser comum. Pois bem, agora que sabemos o quão fundamental é se comunicar bem, imaginemos a sua importância na esfera jurídica.

Primeiramente, vamos tratar dos concursos públicos, febre que vem aumentando nos dias atuais. Os examinadores já se deram conta do papel do Português na esfera pública e não existe um concurso sequer que não caia a matéria mais temida pelos concursandos. A exigência da língua portuguesa é obrigação que deveria vir presente em todas as provas profissionalizantes, para seleção de pessoal. Posso inclusive dizer que a Língua Portuguesa talvez seja a única matéria essencial para todas as áreas profissionais, tanto humanas como exatas, podendo ser considerada como a única que utilizamos a vida inteira, o tempo inteiro. Vai dizer que não é importante?

Agora reflitam sobre a carreira do advogado. Os advogados, profissionais que deveriam merecer extremo respeito, por buscarem fazer "jus à justiça", sofrem grandes preconceitos. Digo-lhes o motivo: o bendito Português. O advogado que não tiver o conhecimento da sua própria língua fica prejudicado na carreira e dá maiores chances para os concorrentes. É muito claro que se não combinarmos advocacia com a língua portuguesa, o advogado não saberá se comunicar oralmente, não saberá interpretar a lei da melhor forma e, principalmente, não saberá elaborar peças, atividade fundamental da advocacia. Quantas vezes nos deparamos com peças mal elaboradas, sustentações orais incoerentes e interpretações sem sentido? Até mesmo a comunicação com outros profissionais do Direito deve observar as formalidades do Português. Esses pequenos detalhes resultam em pontos negativos e a culpa é inteirinha do nosso amigo tão falado.
(...)

Devemos dar mais importância ao Português, um camarada que está do nosso lado desde o momento em que nascemos e que vai nos acompanhar ao longo da nossa trajetória. Reflitam. Parem de fugir do Português e comecem a correr atrás dele antes que seja tarde.

Fonte: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1385>, acesso em 20.10.2013.

1. Sobre o texto anterior, é correto afirmar.

1. A expressão sublinhada no penúltimo parágrafo do texto é uma retomada do termo Português.
2. Português é sinônimo, no texto, de língua portuguesa, em sua norma culta.
3. A expressão “esses pequenos detalhes” retoma apenas a ideia da necessidade de elaboração de peças e sustentações orais inconsistentes.
4. A língua portuguesa é tema que dá sustentação primordial ao desempenho de qualquer área profissional.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

2. Analise o emprego dos tempos e modos verbais no primeiro parágrafo do texto e identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () Há quatorze verbos conjugados no modo imperativo.
- () Há mais de quatro verbos usados no infinitivo pessoal.
- () Há três verbos usados no pretérito perfeito que correspondem à mesma pessoa do presente do indicativo e possuem a mesma grafia e pronúncia.
- () O verbo “ser” no texto está conjugado na terceira pessoa do singular do modo subjuntivo.
- () O modo indicativo traz ao texto referência a fatos verossímeis ou tidos como tal e é esse o modo predominante no parágrafo em análise.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V – F – V – V – F
- b. () F – V – F – F – V
- c. () F – V – V – F – F
- d. () F – F – F – V – V
- e. (X) F – F – V – F – V

3. Das frases abaixo, extraídas do texto, é feita uma análise do termo sublinhado.

Assinale a alternativa que contém a análise **correta**.

- a. () Não saberá interpretar a lei da melhor forma. (acento obrigatório por se tratar de palavra trissílaba e proparoxítona)
- b. (X) Uma febre que vem aumentando nos dias atuais. (se o sujeito da frase estivesse no plural, a expressão sublinhada teria a seguinte redação: “vêm aumentando”)
- c. () Os examinadores já se deram conta do papel do Português na esfera pública e não existe um concurso sequer. (pronomes obrigatoriamente enclíticos ao verbo)
- d. () Devemos dar mais importância ao Português. (se a palavra fosse substituída por “Latim”, aconteceria o fenômeno da crase para unir essa palavra ao termo completado por ela)
- e. () Parem de fugir do Português e comecem a correr atrás dele antes que seja tarde. (verbo conjugado no modo subjuntivo que estabelece uma ordem, um desejo)

Texto 2

“É difícil encontrar persuasão onde existe fraqueza de redação; sem a virtude gramatical não existe fascínio ideológico; não convence o expositor de uma ideia quando demonstra insegurança gramatical na forma de expô-la. Quem se acostumou à Filosofia, às Letras Clássicas e ao Direito dá à ideia valor igual ao de sua externalização; escolaridade e falta de educação linguística não se coadunam para quem se familiarizou com a civilização greco-latina. Como respeitar a ideia de quem não respeita o idioma em que a expõe?”

Napoleão Mendes de Almeida, Dicionário de Questões Vernáculas (adaptado)

4. Analise as afirmativas feitas sobre o texto 2 e a partir dele.

1. A força da redação vem do poder de persuasão do autor do texto.
2. Um dos temas do texto é a necessidade do respeito ao idioma pátrio.
3. De acordo com a norma culta, estão corretamente grafadas as palavras: “ajudicação, lesivo, sucetível, acórdão, fungível”.
4. A expressão sublinhada no texto pode ter o valor semântico de “não se harmonizam”.
5. Na frase “Sem a virtude gramatical não existe fascínio ideológico”, a palavra sublinha é verbo impessoal e pode ser trocada por “há” sem prejuízo de sentido ao texto e sem desvio de concordância verbal.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

5. Assinale a frase **correta** quanto à pontuação.

- a. () Pergunto-lhe, quantas horas, são.
- b. () Justamente, no momento em que a causa ia ser ganha, ele pôs tudo, a perder.
- c. (X) Se parece extensa a réplica, do advogado não será a culpa.
- d. () Cerca de 60% da receita, vêm da atividade laboral e 40% de outras fontes.
- e. () Sugiro que, aclamemos o nome deste advogado, defensor incansável das causas previdenciárias ao cargo de Presidente desta Casa.

6. Sobre Redação Oficial, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A clareza é uma qualidade essencial do texto oficial, ou seja, é preciso evitar a ambiguidade. Exemplo disso é a frase: “João e Mário vão separar-se”.
- b. () Está correta a seguinte frase extraída de um Ofício, dirigido ao Procurador do Estado: “Rogo vossa atenção especial ao caso em tela, para a efetividade da ação corrente”.
- c. () A norma culta é imprescindível aos textos oficiais. A frase a seguir é exemplo desse uso: “Reitero à Vossa Senhoria que é expressamente proibido a entrada de qualquer ação judicial referente à este processo em tese.”
- d. (X) A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade de quem a elabora, já que, nesse tipo de redação, quem comunica é o Serviço Público.
- e. () O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é Ilustríssimo Senhor, seguido do cargo respectivo.

7. Assinale a alternativa em que o uso da crase está **correto**, bem como a justificativa para esse uso.

- a. (X) Sua proposta é igual à de todos. (contração do artigo “a” com o pronome demonstrativo “a”)
- b. () Vou à Brasília resolver o caso na Procuradora Geral da República. (contração da preposição “a” com o artigo “a”)
- c. () Falava à qualquer pessoa sobre o indeferimento de sua ação. (contração da preposição “a” com o pronome oblíquo “a”)
- d. () Acabou adormecendo à força de pensar sobre o caso. (expressão adjetiva feminina)
- e. () Ficou à direita da tribuna para melhor persuadir os jurados com sua tese. (junção de pronome “a” e artigo “a”)

8. Assinale a frase em que **todas** as palavras obedecem à Ortografia Oficial.

- a. () ageitado, quizéssemos, reagir, fruir, lasso
- b. () cociente, quotidiano, amenisar, finjimento
- c. () (tu te) habituis, possue, sessão, diferir, paralise.
- d. () obsecado, excessão, obsessivo, excepcional, preito.
- e. (X) obcecação, espontâneo, empecilho, ascensão, excesso.

9. Analise a frase abaixo:

“Se sobrevirem recursos, queremos informa-los que não podemos responder eles sem a análise desta banca composta por Vossa Senhoria”.

Assinale a alternativa que apresenta a **correta** redação da frase acima.

- a. () “Se sobrevirem recursos, queremos informar-lhes que não poderemos responde-los sem a análise desta banca composta por Vossa Senhoria.”
- b. (X) “Se sobrevierem recursos, queremos informá-los de que não poderemos responder a eles sem a análise dessa banca, composta por Vossas Senhorias.”
- c. () “Se sobrevierem recursos, queremos informa-los de que não podemos responder-lhes sem a análise desta banca composta por Vossas Senhorias.”
- d. () “Se sobrevirem recursos, queremos informá-los que não podemos responder a eles sem a análise desta banca, composta por Vossa Senhoria.”
- e. () “Se sobrevierem recursos, queremos informar-lhes de que não poderemos responder a eles sem a análise desta banca, composta por Vossa Senhoria.”

10. Assinale a frase que está de acordo com a norma culta.

- a. (X) Comprazo-me com tua vitória.
- b. () Permitam-me que os deixe só.
- c. () Para quem a entrada no prédio é proibido?
- d. () Eu me adéquo ao caso pelo perfil que vos apresento.
- e. () Tenho bastante motivos para entrar com essa Petição.

Direito Geral

15 questões

11. Em matéria de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Diversamente do tratamento processual conferido às ações declaratória de constitucionalidade e direta de inconstitucionalidade, proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o seu autor dela poderá desistir, uma vez que não se trata de processo objetivo.
- b. () Por tramitarem perante o Supremo Tribunal Federal, o único recurso passível de interposição contra as decisões proferidas em sede de controle de constitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade são os embargos declaratórios.
- c. () As decisões definitivas proferidas em ação declaratória de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm efeito vinculante exclusivamente nos órgãos do Poder Judiciário.
- d. (X) Perderá eficácia a medida cautelar deferida em sede de ação declaratória de constitucionalidade, caso o Supremo Tribunal Federal não proceda ao seu julgamento no prazo de cento e oitenta dias da concessão.
- e. () Proclamada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, julgar-se-á improcedente a ação direta; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

12. Acerca da repartição de competência, identifique as afirmativas corretas de acordo com a Constituição Federal de 1988.

1. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas em matéria de seguridade social.
2. Compete à União estabelecer normas gerais em matéria de previdência social.
3. Na ausência de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
4. Na competência concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

13. Assinale a alternativa **correta** em matéria de direito do trabalho.

- a. () A relação de parentesco impede o reconhecimento do vínculo empregatício.
- b. () A legislação assegura o tratamento diferenciado entre o trabalho intelectual, técnico e manual; contudo, veda as distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador.
- c. () A alteração do contrato individual do trabalho somente será considerada lícita se devidamente assistida pelo sindicato da categoria do empregado.
- d. (X) A extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo.
- e. () Todo o contrato por prazo determinado que for firmado, dentro de seis meses, da extinção do anterior, será considerado por prazo indeterminado.

14. Assinale a alternativa **correta** em relação à suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

- a. (X) O empregado eleito para ocupar cargo de direção terá o respectivo contrato de trabalho suspenso, quando não mantida a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
- b. () O afastamento para qualificação profissional prevista em convenção coletiva de trabalho é causa de interrupção do contrato de trabalho.
- c. () O aborto não criminoso assegura à empregada a suspensão do contrato individual de trabalho durante o período de afastamento.
- d. () A convocação para participar como jurado no Tribunal do Júri suspende o contrato individual do trabalho.
- e. () O contrato de trabalho será interrompido em caso de afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar obrigatório.

15. Em matéria de direito ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os municípios possuem competência legislativa plena em matéria ambiental, limitada às questões de reflexo e interesses locais.
- b. (X) A União, os Estados e o Distrito Federal são competentes para legislar, concorrentemente, sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- c. () A utilização de instrumentos de proteção ao meio ambiente e de combate à poluição em qualquer de suas formas poderá, por meio de lei complementar, ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- d. () O atendimento à função socioambiental da propriedade somente poderá ser exigível dos latifúndios improdutivos destinados à reforma agrária.
- e. () O Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional para o meio ambiente e os recursos ambientais.

16. Assinale a alternativa **correta** em matéria de direito ambiental.

- a. () O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem público de uso especial, é essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b. () Aquele que explorar de forma lícita recursos minerais, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, fica dispensado de recuperar o meio ambiente degradado.
- c. () Para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, será exigido o estudo prévio de impacto de vizinhança, a que se dará publicidade.
- d. (X) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- e. () A definição da localização, bem como a instalação de usinas que operem com reator nuclear, dependem de autorização legislativa do Estado que sediará a atividade, sem a qual não poderão ser instaladas.

17. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Administrativo.

- a. () O Estado não poderá ser responsabilizado civilmente por casos de omissão.
- b. () É objetiva a responsabilidade do Estado por atos praticados por seus agentes mediante dolo, culpa ou omissão.
- c. () A ação regressiva é o procedimento administrativo pelo qual a vítima do dano busca o ressarcimento do agente público causador do dano.
- d. () O ordenamento jurídico brasileiro adota a Teoria do Risco Integral, sendo objetiva a responsabilidade em relação ao terceiro usuário do serviço, e subjetiva a responsabilidade ao não usuário.
- e. (X) O caso fortuito, a força maior ou culpa exclusiva da vítima afastam a responsabilização civil das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos.

18. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Administrativo.

- a. () Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção, quando fundamentada a decisão em oportunidade e conveniência do poder concedente.
- b. (X) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- c. () A precariedade da delegação do serviço público por meio de permissão afasta a necessidade da utilização do procedimento licitatório para a escolha do permissionário.
- d. () Apenas a concessão precedida da execução de obra pública será formalizada por meio de contrato.
- e. () Na concessão de serviço público ocorre a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado.

19. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. (X) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública negar publicidade aos atos oficiais.
- b. () Em razão do princípio da individualização da pena, as sanções aplicadas não poderão passar da pessoa do acusado.
- c. () O Ministério Público, se não for o autor da ação, poderá requerer o ingresso no feito a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- d. () Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- e. () Prescreve em dez anos, após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, as ações destinadas a levar a efeito as sanções por atos de improbidade administrativa.

20. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil Brasileiro.

- a. () Dá-se a novação quando o credor contrai com o devedor nova obrigação que confirma a existência e ratifica os termos da dívida anterior.
- b. () Pactuada a novação entre o credor e o devedor da obrigação principal, a nova dívida será oponível e obrigará todos os envolvidos na obrigação primitiva.
- c. (X) O credor poderá exigir que o devedor cumpra imediatamente a prestação, quando a obrigação não contemplar o tempo para o pagamento.
- d. () A mora, decorrente do inadimplemento da obrigação pelo devedor ou pelo credor, somente será constituída após regularmente constituída por meio de interpelação judicial ou extrajudicial.
- e. () A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, não poderá ser oponível em simples caso de mora.

21. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil Brasileiro.

- a. () O credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma pactuado, poderá ser constituído em mora em razão do inadimplemento absoluto.
- b. () A cessão de crédito abrange apenas a obrigação principal, devendo as cláusulas acessórias estarem previstas de forma expressa na avença.
- c. () O credor que consente em receber o pagamento em local diverso do estipulado, no instrumento contratual presume renunciar o foro do pagamento.
- d. () O credor, para exigir o pagamento da pena convencional, deverá demonstrar, em juízo, o prejuízo suportado pela inexecução completa da obrigação.
- e. (X) Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

22. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário.

- a. (X) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- b. () A outorga de isenção deverá ser interpretada da maneira mais favorável ao contribuinte.
- c. () Interpreta-se de forma literal a legislação tributária quanto à natureza da penalidade aplicável.
- d. () Para a definição dos efeitos tributários, o contribuinte poderá se valer dos princípios gerais do direito privado.
- e. () Em decorrência dos princípios da legalidade e da reserva legal, não poderá a autoridade competente valer-se da equidade para interpretar a legislação tributária.

23. Determinados atos processuais do juízo e das partes causam a interrupção da contagem do lapso prescricional.

Assinale a alternativa que indica um ato processual que **não** acarreta a interrupção da prescrição.

- a. () O protesto judicial.
- b. (X) A citação pessoal feita ao devedor.
- c. () Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- d. () O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal
- e. () Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

24. De acordo com o Código de Processo Civil, o processo será autuado em apenso aos autos principais, **exceto** quando se tratar de:

- a. (X) liquidação de sentença.
- b. () impugnação ao valor da causa.
- c. () impugnação ao pedido de assistência.
- d. () resposta do réu, sob a forma de exceção.
- e. () incidente de falsidade, após encerrada a instrução.

25. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Processo Civil.

- a. () Não cabe a fixação de honorários advocatícios nas causas em que figurar como parte pessoa jurídica de direito público.
- b. () O juiz, verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, extinguirá a ação sem julgamento de mérito.
- c. (X) Se o assistido ficar vencido, o assistente será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.
- d. () Haverá sucumbência recíproca e proporcional, podendo ser compensados entre as partes os honorários e as despesas processuais, em caso de um litigante decair de parte mínima do pedido.
- e. () As despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas pelo autor.

Coluna
em Branco.
(rascunho)

Direito Específico

(35 questões)

26. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

- a. () Na hipótese de acumulação lícita de cargos, haverá um único vínculo do servidor segurado.
- b. (X) Os membros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina são obrigatoriamente filiados ao regime próprio de previdência dos servidores públicos civis catarinenses.
- c. () O segurado obrigatório, afastado ou licenciado do cargo ou função, não poderá perder a sua qualidade de filiado ao regime próprio.
- d. () O recolhimento mensal da contribuição pessoal do segurado obrigatório mantém a sua qualidade de segurado, em casos de afastamentos e licenças não remunerados.
- e. () Apenas os servidores públicos civis pertencentes ao Poder Executivo, neste incluídas suas autarquias e fundações, são considerados segurados obrigatórios.

27. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação ao Conselho de Administração.

- a. () O mandato dos membros do Conselho de Administração é de quatro anos.
- b. () Composto por quatorze membros, tem como presidente o Secretário de Estado da Administração.
- c. (X) O quorum mínimo para a instalação de sessão do Conselho de Administração é de dez membros.
- d. () As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria simples de seus membros, garantido o voto de desempate ao seu Presidente.
- e. () Os servidores indicados e nomeados para participarem como membros do Conselho de Administração serão licenciados de seus cargos efetivos sem prejuízo da sua remuneração.

28. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a organização e o funcionamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

- a. () O regime de previdência tem caráter contributivo e solidário, cuja filiação poderá ser obrigatória ou facultativa.
- b. () Poderão ser celebrados convênios ou consórcios para garantir o pagamento de benefícios aos segurados e a seus respectivos dependentes.
- c. () É livre a instituição ou concessão de benefícios especiais ou diferenciados daqueles oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- d. (X) Por meio de representantes do Poder Público Estadual, dos segurados e dos pensionista, possui caráter participativo e paritário da gestão administrativa.
- e. () A participação de representantes nos órgãos colegiados e nas instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação é faculdade exclusiva à classe dos inativos e pensionistas.

29. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, aquele que ingressar no serviço público estadual, no ano 2013, será contribuinte do:

- a. () fundo financeiro.
- b. (X) fundo previdenciário.
- c. () fundo federal previdenciário.
- d. () fundo previdenciário e do fundo financeiro.
- e. () instituto nacional de previdência social.

30. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação à condição de dependente.

- a. Considera-se beneficiário preferencial, o ex-cônjuge, dependente, que perceba pensão alimentícia.
- b. A legislação previdenciária catarinense não reconhece, expressamente, a união homoafetiva para efeitos de reconhecimento da dependência previdenciária de companheiro.
- c. Presume-se a dependência econômica em relação aos tutelados e curatelados, solteiros, menores de vinte e um anos.
- d. A condição de invalidez para fins de dependência, caracterizada pela perda total e permanente da capacidade para exercer toda e qualquer atividade laboral, deverá ser atestada por perícia médica independente.
- e. A inscrição do dependente deverá ser requerida, em formulário próprio, junto ao administrador do regime próprio.

31. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV).

- a. Órgão vinculado à Secretaria de Estado da Administração, tem por exclusivo objetivo praticar todas as operações na área de previdência e assistência social aos segurados do regime próprio de previdência de Santa Catarina.
- b. Órgão da administração direta, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, possui autonomia administrativa e patrimonial.
- c. Com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, estando sediado no município de Florianópolis.
- d. Autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo.
- e. Fundação, com personalidade jurídica de direito público, possui autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao poder executivo.

32. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação à contribuição previdenciária.

- a. Não incidirá contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina.
- b. É vedada a restituição de contribuições previdenciárias sem a anuência do Instituto de Previdência estadual.
- c. O servidor pertencente a outro ente da Federação, quando cedido a poder ou órgão do Estado de Santa Catarina, com ou sem ônus, deverá contribuir na mesma proporção do salário de contribuição dos servidores ativos.
- d. O atraso na entrega do duodécimo a órgão ou poder não poderá ser oposto como forma de justificar as quantias recolhidas em atraso referentes a contribuições previdenciárias.
- e. Ante a sua indisponibilidade para a manutenção do cálculo atuarial do regime próprio de previdência, as contribuições previdenciárias não poderão ser objeto de compensação.

33. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação à constituição dos fundos especiais.

- a. Na eventualidade de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário, será majorada a alíquota da contribuição previdenciária do segurado obrigatório.
- b. O gestor do fundo previdenciário e do fundo financeiro será nomeado pelo presidente da unidade gestora do regime próprio.
- c. O Fundo Financeiro fica estruturado em regime de repartição simples e o Fundo Previdenciário, em regime de capitalização.
- d. A transferência de recursos entre os fundos financeiro e previdenciário poderá ser autorizada pelo conselho fiscal quando verificada a insuficiência financeira.
- e. É vedado o aporte financeiro extraordinário do Estado nos fundos especiais do regime próprio de previdência.

34. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. () O pagamento de valores referentes às condenações judiciais de cunho previdenciário constituído contra a unidade gestora do regime próprio deverão ser custeados de forma integral pelo fundo previdenciário.
- b. () A unidade gestora do regime próprio de previdência é responsável pelo pagamento das despesas decorrentes de pensões especiais.
- c. () A taxa de administração não poderá exceder a dez por cento do valor total das remunerações, dos subsídios, dos proventos e das pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência.
- d. () A taxa de administração será suportada pela receita da contribuição previdenciária devida pela parte patronal.
- e. (X) A taxa de administração destina-se exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio de previdência, inclusive para a conservação do seu patrimônio.

35. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, identifique as afirmativas corretas em relação ao Conselho Fiscal.

1. O *quorum* mínimo para a instalação de sessão do Conselho Fiscal é de quatro membros.
2. O servidor ocupante de cargo comissionado não poderá compor o Conselho Fiscal.
3. O Presidente do IPREV poderá participar das sessões do Conselho Fiscal, sem direito a voto.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

36. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação ao Conselho de Administração.

- a. () O presidente da unidade gestora é considerado membro nato do Conselho.
- b. (X) O Conselho de Administração poderá se reunir, extraordinariamente, a requerimento do Conselho Fiscal.
- c. () É vedada a participação do presidente da unidade gestora do regime próprio no Conselho de Administração.
- d. () A função de membro do Conselho de Administração é considerada honorífica e não poderá ser remunerada.
- e. () No caso de vacância do cargo de presidente do Conselho, o vice-presidente cumprirá o restante do mandato.

37. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação à aposentadoria por invalidez.

- a. () O aposentado por invalidez, portador de doença incapacitante, é isento de contribuição previdenciária.
- b. () A prestação espontânea de serviço ao Estado, fora do local e horário de serviço, não caracteriza acidente em serviço para fins previdenciários.
- c. () Antes de se conceder a aposentadoria por invalidez, poderá ser deferida licença para tratamento de saúde por até 2 anos, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.
- d. (X) A doença grave, contagiosa ou incurável, preexistente ao ingresso no serviço público estadual, da qual decorra a incapacidade laboral do segurado, ensejará aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e. () O segurado inativo, aposentado por invalidez permanente, poderá exercer qualquer atividade laboral, desde que compatível com a sua capacidade física.

38. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação à aposentadoria voluntária.

- a. () Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para os professores.
- b. () Na aposentadoria por idade, deverá o segurado comprovar sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- c. (X) Na aposentadoria voluntária por idade, dentre os requisitos necessários, deverá o segurado ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d. () A aposentadoria voluntária por idade será devida ao segurado desde que, cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, conte com sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e. () A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade será devida ao segurado que conte com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher.

39. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação ao abono de permanência.

- a. () O segurado obrigatório do regime próprio que se aposentar voluntariamente terá direito ao abono de permanência até a data em que completaria setenta anos.
- b. () O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do fundo especial financeiro.
- c. () O regime próprio de previdência poderá criar regras próprias para a concessão de abono de permanência.
- d. () O pagamento do abono de permanência será devido ao segurado, automaticamente, a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício de aposentadoria compulsória.
- e. (X) O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu a todos os requisitos para a obtenção de aposentadoria voluntária não constitui impedimento à concessão de aposentadoria de acordo com outra regra vigente.

40. Em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, as contribuições previdenciárias recolhidas em atraso sujeitarão o devedor ao pagamento do acréscimo de:

- a. (X) juros de 1% ao mês e multa de 2% do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com a variação do INPC ou pelo índice que vier a substituí-lo.
- b. () juros de 1% ao mês e multa de 10% do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com a variação do INPC ou pelo índice que vier a substituí-lo.
- c. () juros de 1% ao mês e multa de até 15% do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com o índice utilizado pela fazenda pública na cobrança de seus ativos.
- d. () juros de 0,5% ao mês e multa de 10% do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com o índice utilizado pela fazenda pública na cobrança de seus ativos.
- e. () juros de 0,5% ao mês e multa de 2% do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com a taxa Selic ou pelo índice que vier a substituí-la.

41. Assinale a alternativa **correta** sobre o salário contribuição previsto no Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

- a. () Todas as rubricas que forem percebidas pelo segurado durante a atividade remunerada deverão compor o salário contribuição.
- b. () As diárias para viagens percebidas de forma usual e que extrapolarem cinquenta por cento do valor do vencimento do segurado integram a base de cálculo do salário contribuição.
- c. (X) As parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho estão excluídas da base de cálculo do salário contribuição, podendo o segurado optar pela sua inclusão.
- d. () A indenização de transporte paga pelo empregador, quando o serviço for prestado em local não coberto por transporte público, poderá compor a base de cálculo do salário contribuição, caso não seja disponibilizada a condução gratuita do segurado.
- e. () O abono de permanência não concedido ao segurado durante a atividade poderá ser compensado com a contribuição previdenciária devida sobre a parte que exceder ao dobro do benefício previdenciário pago pelo regime geral.

42. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, para compor o Conselho Fiscal, os membros deverão satisfazer as seguintes condições:

- 1. ser segurado do regime geral de previdência e estável.
- 2. possuir formação em curso superior e experiência na área de administração pública.
- 3. não haver incorrido em falta apurada em processo administrativo ou condenação criminal.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. (X) É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

43. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, os procedimentos de auditoria previdenciária compreendem:

- 1. fiscalização quanto ao cumprimento da legislação previdenciária, no âmbito da sua competência, cabendo-lhe representar ao órgão competente na hipótese de constatação de irregularidade.
- 2. controle da arrecadação previdenciária.
- 3. fiscalização da cobrança de débitos lançados.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

44. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Os cartórios de registro civil do Estado de Santa Catarina deverão comunicar ao IPREV os óbitos registrados até o quinto dia útil do mês subsequente ao do evento.
- b. () É permitida a percepção cumulativa de pensão previdenciária com pensão concedida graciosamente em virtude de lei estadual, desde que respeitado o teto constitucional.
- c. () Os proventos de aposentadoria são reflexo direto do salário contribuição, podendo excepcionalmente serem fixados em valor inferior ao salário mínimo nacional.
- d. () Aos inativos e pensionistas será paga gratificação natalina equivalente ao valor dos proventos ou da pensão por morte, referentes a $\frac{1}{2}$ do benefício percebido durante o ano.
- e. () Os proventos de aposentadoria e as pensões previdenciárias, por ocasião de suas concessões, poderão exceder à remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão por morte.

45. De acordo com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** em relação ao auxílio reclusão.

- a. () O auxílio-reclusão será concedido apenas ao cônjuge do segurado-detento ou recluso.
- b. () Em caso de fuga do segurado preso, o benefício será reduzido em cinquenta por cento.
- c. () O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado for preso ou considerado recluso.
- d. (X) Se o segurado-detento ou preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.
- e. () O cumprimento da pena em regime aberto não altera o pagamento do benefício do auxílio-reclusão.

46. Assine a alternativa **correta** em relação à seguridade social.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o empregador, a empresa e a entidade a ela equiparada deverão recolher a contribuição social sobre:

- a. () o total de remuneração pago ou creditado às pessoas físicas ou jurídicas que lhe prestem serviço.
- b. () os valores pagos ou creditados, de natureza estritamente salarial, à pessoa física que lhe preste serviço, com vínculo empregatício.
- c. (X) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
- d. () a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a título de retribuição pelo serviço prestado, com vínculo empregatício.
- e. () os rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

47. Nos termos da Constituição Federal, assinie a alternativa **correta** em relação à seguridade social.

- a. () A descentralização administrativa mediante gestão quadripartite da seguridade social impõe participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b. () O objeto da seguridade social é garantir ações de iniciativa dos Poderes Públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social dos servidores públicos, federais, estaduais e municipais.
- c. () A unicidade da base de financiamento é um dos princípios norteadores da organização da seguridade social.
- d. () É de iniciativa da sociedade o conjunto de ações desenvolvidas pela seguridade social, destinadas a prover saúde e assistência social.
- e. (X) O poder público, ao organizar a seguridade social, deverá observar a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

48. Assine a alternativa **correta** em relação ao financiamento da seguridade social disposto na Constituição da República de 1988.

- a. () As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social deverão integrar o orçamento da União.
- b. (X) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- c. () Cada órgão responsável pelas ações da seguridade social elaborará a sua proposta orçamentária, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual.
- d. () Aquele que estiver em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com Poder Público; contudo, poderá dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, caso comprovada a utilidade da medida.
- e. () As entidades declaradas de utilidade pública são isentas de contribuição para a seguridade social.

49. De acordo com a Constituição da República de 1988, a previdência social tem por objetivo:

1. a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
2. a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
3. conceder pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

50. De acordo com a Constituição da República de 1988, o regime de previdência privada é:

- a. (X) de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- b. () de caráter subsidiário e organizado de forma vinculada ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- c. () organizado de forma suplementar ao regime próprio de previdência social, será de filiação obrigatória, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- d. () de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, com cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, e regulado por lei ordinária.
- e. () de caráter complementar, descentralizado, com direção única em cada esfera de governo, com participação facultativa, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por decreto do executivo.

51. De acordo com a Constituição da República de 1988, a aposentadoria especial depende:

- a. () de regulamentação por meio de lei complementar, apenas quando se tratar de segurados portadores de deficiência.
- b. () de edição de decreto regulamentar para os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física
- c. () de edição de lei ordinária para os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.
- d. (X) de definição por meio de lei complementar para os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- e. () autorização legislativa, por meio de resolução do congresso nacional, apenas quando se tratar de segurados portadores de deficiência.

52. Assine a alternativa **correta** em matéria de prazos de carência, de acordo com a Lei Federal 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social.

- a. (X) A concessão de aposentadoria especial está sujeita à observância da carência de cento e oitenta contribuições mensais
- b. () A concessão do benefício do auxílio-acidente está sujeito à carência de dez meses de contribuição mensal.
- c. () A aposentadoria por invalidez não está sujeita ao cumprimento de prazo de carência para a sua concessão.
- d. () Após comprovada a contribuição mensal de doze meses poderá ser concedido o salário maternidade.
- e. () A pensão por morte somente poderá ser concedida no caso de o segurado já ter contribuído com o mínimo de trinta e seis prestações mensais

53. De acordo com a Constituição da República de 1988, é **correto** afirmar a respeito da assistência social:

- a. () As ações voltadas à assistência social são exclusivas da União.
- b. () O segurado obrigatório terá descontado onze por cento de sua remuneração para o custeio da assistência social.
- c. () Os programas de assistência social na esfera da União, dos Estados e dos Municípios não admitem a participação da iniciativa privada.
- d. () A assistência social tem como um de seus objetivos promover a integração do adolescente ao mercado de trabalho.
- e. (X) As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social.

54. Assine a alternativa **correta** de acordo com a Lei Federal 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social.

Serviço da Previdência Social que visa proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a reeducação ou readaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

- a. () serviço social
- b. () auxílio acidente
- c. (X) reabilitação profissional
- d. () readaptação
- e. () pecúlio

55. De acordo com o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Santa Catarina, será punida com demissão simples:

- a. () impontualidade.
- b. (X) inassiduidade permanente.
- c. () ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição.
- d. () deixar de atender às requisições para defesa da Fazenda Pública.
- e. () exercer, mesmo fora das horas de expediente, funções em entidades privadas que dependam, de qualquer modo, de sua repartição.

56. De acordo com o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** sobre a licença para tratamento de saúde.

- a. () Poderá ter duração de até trinta e seis meses, prorrogáveis por igual período.
- b. () O funcionário licenciado poderá recusar a inspeção médica, por motivo de foro íntimo.
- c. () Não será admitido laudo de médico ou especialista não credenciado para a sua concessão.
- d. () A licença concedida dentro de cento e vinte dias, contados do término da anterior, será considerada como prorrogação.
- e. (X) O funcionário portador de doença transmissível poderá ser compulsoriamente licenciado, enquanto durar essa condição, a juízo do órgão sanitário.

57. Assinale a alternativa **correta** acerca do Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina.

- a. () A razoabilidade e a proporcionalidade, princípios implícitos do Estatuto, deverão ser observadas na condução do processo disciplinar.
- b. () O Estatuto deve ser interpretado e aplicado da forma que melhor garanta a proteção do servidor investigado.
- c. () A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, mesmo que demonstrada a absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- d. (X) Aplicam-se as disposições do Estatuto a todos os servidores da administração direta e indireta, incluindo-se os servidores em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargo comissionado.
- e. () O processo administrativo disciplinar ficará sobrestado enquanto perdurarem ações na esfera judicial contra o servidor acusado, sobre o mesmo caso investigado no âmbito administrativo.

58. De acordo com o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, são requisitos para a concessão de ajustamento de conduta:

1. que a proposta tenha sido ofertada pelo Ministério Público.
2. não ter sido o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de três anos, com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.
3. não estar o servidor em estágio probatório.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

59. De acordo com Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, são competências do órgão jurídico, integrante da estrutura das entidades da administração indireta:

1. consultar o núcleo técnico, com vistas ao cumprimento das orientações, pareceres e atos normativos expedidos pelo órgão central.
2. prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Governador do Estado.
3. analisar e lavrar os instrumentos relativos a contratos, convênios e acordos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

60. De acordo com a hierarquia da estrutura do Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, o órgão jurídico, integrante da estrutura das entidades da administração indireta, é classificado como:

- a. (X) órgão seccional.
- b. () órgão central.
- c. () órgão setorial.
- d. () núcleo técnico.
- e. () núcleo auxiliar.

Questões Discursivas

(3 questões)

1. João, inativo do regime próprio de previdência do Estado de Santa Catarina, teve o registro de aposentadoria, em cargo técnico, publicado em janeiro de 1992. Contudo, aprovado em concurso de provas e títulos, reingressou no serviço público estadual, em julho de 1998, na função de administrador, no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. Em auditoria feita pelo setor competente, verificou-se que João acumula os proventos da inatividade com a remuneração da ativa. A auditoria apontou irregularidade na cumulação mencionada. Autuado o processo, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para parecer.

Deve o candidato analisar a possibilidade jurídica do caso.

2. Maria, professora da rede pública estadual, ingressou com pedido de aposentadoria especial. Juntou ao requerimento sua ficha funcional na qual constam os cargos e as funções que exerceu nos estabelecimentos de ensino básico. Além do magistério, durante sua carreira exerceu função de confiança e foi nomeada para os cargos de Diretor, Diretor Adjunto de Escola, Responsável por Secretaria de Escola, Auxiliar de Biblioteca e Auxiliar Administrativo, como, também, esteve readaptada. Requereu, assim, o cômputo de todos os períodos exercidos fora da sala de aula para fins de aposentadoria especial. Autuado o processo, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para parecer.

Deve o candidato analisar a possibilidade jurídica do caso.

3. Mário, ocupante de cargo em comissão puro, requereu ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a expedição de certidão de tempo de contribuição. Autuado o processo, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para parecer sobre a possibilidade jurídica da emissão da certidão requerida.

Deve o candidato justificar a resposta.

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>